

Maria Aparecida Ferrari¹ e Ana Cristina da Costa Piletti Grohs²

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito conhecer o perfil e a trajetória dos ex-alunos do curso de Relações Públicas da ECA/USP, entre o período de 1996 a 2013. O projeto está dividido em quatro etapas. A primeira consistiu no mapeamento de 580 egressos do período mencionado, com confirmação de dados pessoais e e-mails. A segunda etapa tratou da aplicação de um questionário on-line a 447 egressos cujos contatos foram atualizados. A aplicação de um *focus group* foi a terceira etapa a ser desenvolvida, com o objetivo de confirmar alguns resultados obtidos na análise estatística. A quarta etapa ainda encontra-se em andamento e consiste em identificar quais são as competências e habilidades que os executivos de comunicação buscam no momento de contratar os jovens egressos. Os resultados obtidos servirão para determinar o estado da arte do curso de Relações

¹ Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Graduada em Ciências Sociais pela USP e em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi. Docente dos Programas de Pós-graduação e Graduação do Departamento de Relações públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP. E-mail: maferrari@usp.br

² Doutoranda do Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bolsista convênio FAPESP/CAPES* (processo nº 2014/ 26010-5). E-mail: anacris.piletti@usp.br **As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.*

Públicas da ECA/USP em relação a grade curricular, as disciplinas do curso, aos docentes e coordenação, assim como conhecer os pontos negativos e positivos dos egressos sobre o curso e a carreira profissional. Como recomendações, pretende-se apresentar propostas de novas metodologias de ensino que atendam as competências, atitudes e habilidades para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Egressos; Relações Públicas; Ensino Superior; Competências; Habilidades.

INTRODUÇÃO

A transformação da base da economia do trabalho manual para o trabalho baseado no conhecimento passou a exigir um trabalhador mais qualificado e um indivíduo engajado nas questões da sociedade. Esse engajamento tem como base a educação e o ensino superior, responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e cultural de uma sociedade. Nesse sentido, como afirmou Peter Drucker “a educação tornou-se a chave das oportunidades e do progresso em todo mundo moderno” (1970, p. 350). Vale lembrar que uma das finalidades da educação superior é “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (LDB, 1996, Art.43º, II).

O curso universitário de Relações Públicas é oferecido no Brasil desde 1966 e o primeiro curso foi criado na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo – ECA/USP. No ano de 1967, a profissão passou a ser regulamentada pela Lei 5.377 e, para tanto, o registro profissional e a formação de nível superior tornaram-se obrigatórias para o exercício das atividades de Relações Públicas. Segundo Ferrari (2011, p. 205) a criação da lei e do curso superior “por um lado, proporcionou a oportunidade de sistematizar o ensino e oferecer parâmetros ao mercado, por outro ‘engessou’ a atividade criando um rígido sistema de con-

trole de seu exercício por meio da fiscalização dos Conselhos Regionais”. A partir de 1969, com a criação do CONFERP – Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas e dos conselhos regionais, a rígida função fiscalizadora e punitiva da entidade - multava as empresas que não contavam com profissionais de Relações Públicas devidamente registrados - fez com que as organizações mudassem a nomenclatura dos departamentos, até então denominados de Relações Públicas, para “Comunicação”, “Comunicação Social”, “Assuntos Públicos”, entre outras denominações. Essa alteração na denominação dos departamentos foi a forma que as empresas encontraram para escapar da fiscalização dos CONRERP´s ao longo do país. Para Ferrari (2001) este fato apressou a distância entre o mercado de trabalho e a formação acadêmica dos profissionais. Aliada a situação mencionada, existe ainda o fato de que a habilitação de Relações Públicas está vinculada a área de Comunicação Social, muito embora a sua prática esteja predominantemente ligada à área da gestão organizacional, mais voltada para o campo da administração, gestão e negócios, pois a comunicação é uma função ‘meio’ e não fim nas organizações. Quando analisamos as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Relações Públicas observamos, por exemplo, que os conteúdos essenciais como “empreendedorismo e gestão de negócios” aparecem no eixo de formação suplementar (DCN, 2013), enquanto que na prática profissional esses conteúdos são elementares para o bom desempenho da atividade de Relações Públicas.

No cenário contemporâneo, compreendemos que a “sociedade do conhecimento” tão propalada por Drucker (1970) passou a exigir um profissional tecnicamente qualificado e um cidadão comprometido com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade. É neste sentido que a educação superior tem um papel fundamental na formação qualificada e que atenda as competências do mercado de trabalho. Portanto, os profissionais devem estar aptos para atenderem as demandas profissionais e sociais do mundo contemporâneo. Embora seja uma atividade de gestão da comunicação, as Relações Públicas no Brasil enfrentam dificuldades para ser reconhecida e legitimada, seja no mercado de trabalho, como junto a sociedade em geral. De acordo com pesquisa realizada por Oliveira *et al* (2014) com 132 egressos do curso de Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba, no período de 2000 a 2009, apenas 3% dos egressos que estavam empregados

atuavam como relações-públicas. Para os pesquisadores tal resultado denota a existência de dissonância de conhecimento e conteúdo entre a academia e o mercado de trabalho o que pode ser resultante da inadequada formação dos alunos frente as competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Para Lousada e Martins (2005, p. 74) a integração academia e mercado é essencial e, segundo a definição dos autores “o egresso é aquele que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho – como fator de destaque e fonte de informação à Instituição de Ensino Superior (IES) que o formou”. Diante da afirmação dos autores apresentamos as seguintes questões: qual é o perfil do relações-públicas que o curso de Relações Públicas da ECA/USP tem buscado formar? qual é a avaliação dos egressos sobre a formação recebida no curso de Relações Públicas da ECA/USP? o embasamento teórico e prático obtido na formação acadêmica recebida durante o curso tem ajudado a prática no mercado de trabalho?

Depois de realizada uma varredura na literatura especializada, observou-se que existem escassos estudos e pesquisas realizadas sobre o perfil dos egressos do curso de Relações Públicas no Brasil. Aqui mencionamos dois trabalhos que mais se aproximam da nossa pesquisa. A mais recente foi conduzida por Oliveira *et al* (2014) e tratou de analisar as expectativas e opiniões dos egressos do curso de Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e a inserção no mercado de trabalho da região. O segundo estudo foi realizado por Lopes *et al* (1992) com egressos das décadas de 70 e 80 dos cursos de Comunicação Social da ECA/USP, entre os quais foram pesquisados os ex-alunos do curso de Relações Públicas.

Dado o pioneirismo do curso de Relações Públicas da ECA/USP no país e a relevância da Universidade de São Paulo no contexto do ensino superior nacional e internacional, consideramos relevante realizar um estudo que contemplasse as opiniões dos egressos sobre o curso, a trajetória profissional, assim como a identificação de competências, habilidades e atitudes que são necessárias no mercado de trabalho. Consideramos, como afirmam Lousada e Martins (2005, p. 83), que:

a observação da trajetória dos ex-alunos serve como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões so-

bre o planejamento de cursos, arranjos didático-pedagógicos e modalidades de programas que desenvolvam uma polivalência e identidade profissional capazes de interagir e atender às mutações do mercado de trabalho.

Ex-reitor da USP, Jacques Marcovitch (1998) em um de seus comentários fez várias críticas a USP, apontando que a universidade ainda não enxergou o valor dos ex-alunos, uma vez que o relacionamento com os egressos enriquece os vínculos e torna mais duradoura sua relação com os seus ex-alunos. Cassimiro e Pereira (2006) afirmam que no Brasil, o relacionamento entre as universidades e seus ex-alunos ainda não faz parte da tradição educacional do país. No entanto, como esse relacionamento mostra-se extremamente profícuo, algumas instituições de ensino superior estão desenvolvendo ações nesse sentido. O caso mais antigo no Brasil é da Associação dos Ex-alunos da FGV de São Paulo criada em 1954. A exGV é uma entidade sem fins lucrativos que gera seus próprios recursos financeiros por meio de anuidades de seus associados, doações e serviços prestados aos ex-alunos e em alguns casos para o mercado em geral.

Por outro lado, é comum em universidades da Europa, dos Estados Unidos, da Ásia e de alguns países da América Latina (Colômbia e Chile) o relacionamento com o *alumni* (ex-aluno), relação que é levada com muito profissionalismo. As universidades contam com estruturas organizacionais que contemplam uma área específica para a função de *alumni relations*, cujos objetivos são: aproximar e acompanhar a trajetória profissional do egresso, criar banco de conferencistas e até impulsionar iniciativas como a captação de recursos devido à escassez de recursos pelos quais passam as universidades em geral.

Frente a realidade das universidades estrangeiras no tratamento aos seus egressos, a presente pesquisa tem como propósito conhecer a trajetória dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP para posteriormente propor a criação de mecanismos de engajamento dos ex-alunos com a instituição de ensino que o formou. O estudo contou com a participação dos egressos do período de 1996 a 2013 e compreende quatro etapas. Inicialmente foi feito o mapeamento dos egressos do período mencionado (atualização de dados pessoais e e-mails); em seguida foi enviado um questionário on-line e, logo após, a

análise estatística dos dados; a terceira etapa envolveu egressos em um grupo focal com o objetivo de compreender alguns resultados e reforçar outros dados encontrados na etapa quantitativa. A quarta etapa está em andamento e consiste em entrevistar executivos de comunicação para conhecer quais são as competências e habilidades que as organizações buscam no momento da contratação dos egressos. No presente paper apresentamos os resultados mais relevantes referentes as três etapas já concluídas do projeto.

Os resultados obtidos até o momento apontam que os egressos são enfáticos quanto a melhoria da grade curricular, assim como a adoção de novas metodologias de ensino. Os resultados também oferecem aos coordenadores dos cursos de Relações Públicas informações importantes para atualizar as grades curriculares, principalmente no momento em que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) para o curso de graduação em Relações Públicas devem ser implantadas por todos os cursos no Brasil.

GESTÃO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com a legislação educacional brasileira, o ensino deve ser ministrado visando a “garantia de padrão de qualidade” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (LDB, 1996, Art. 3º, IX, XI). Segundo Davok (2007, p. 507) o conceito mais usual de qualidade nas ciências sociais e humanas significa “a perfeição de algo diante da expectativa das pessoas. Nas áreas mencionadas, qualidade não existe como elemento mono (perfeição), mas exige a relação de dois elementos (perfeição e expectativa)”. Portanto, a qualidade do ensino superior depende de dois elementos essenciais: as entregas que as instituições de ensino realizam para a sociedade e comunidade acadêmica (serviços prestados, profissionais formados, tecnologias e conhecimentos desenvolvidos entre outros) e a satisfação dos estudantes e da sociedade que recebem os benefícios sociais, científicos e culturais gerados pela IES.

Demo (2001) apresenta duas dimensões da qualidade. A primeira é a qualidade formal, relacionada à “reconstrução do conhecimento” e refere-se aos meios utilizados para produzir e aplicar métodos, tecnologias e ciências. Segundo o autor as universidades não se dedicam, como

regra, a reconstrução do conhecimento, ou seja, “não formam profissionais capazes de autonomia própria, mas porta-vozes de mensagens ultrapassadas, dificultando imensamente um dos desafios da própria competitividade: a capacidade de continuar aprendendo” (DEMO, 2001, *on-line*). A segunda dimensão é a política e está relacionada ao desenvolvimento da autonomia cidadã, ou seja, “saber aprender, argumentar, contestar, pensar, não significa apenas exercício lógico, mas exercício de autonomia, habilidade de intervenção alternativa, capacidade de mudar a história e a realidade” (DEMO, 2001, *on-line*) Neste sentido o autor afirma que existem dois eixos: uma é preparar o estudante para ocupar uma função no mercado de trabalho e o outro eixo é prepará-lo para trabalhar com autonomia. Neste sentido, a dimensão política da qualidade deve ser finalidade da educação.

Como previsto na LDB 1996, garantir a qualidade e assegurar o processo de avaliação da IES é uma das incumbências da União. Por conseguinte, com o objetivo de verificar o padrão de qualidade dos cursos de ensino superior foi criada a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O referido sistema avalia, de forma integrada, a instituição, os cursos e o desempenho dos estudantes e “fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social (...)”. (SINAES, 2004, p.4). Embora existam muitas críticas em relação à redução do Sinaes aos indicadores quantitativos e rankings (DIAS SOBRINHO, 2008), seus princípios e valores visam contribuir com a qualificação do ensino superior e consolidação dos valores democráticos. Na sua essência, o Sinaes tem finalidade construtiva e formativa visando o aperfeiçoamento da comunidade acadêmica. Uma das modalidades de avaliação que integra o Sinaes é a avaliação das instituições de ensino superior, formada pela avaliação externa e pela avaliação interna.

A avaliação externa ocorre por meio da análise de documentos, visitas *in loco* na IES e interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição, da comunidade local ou regional. Elas são realizadas por comissões de especialistas externos à instituição (Sinaes, 2004).

A avaliação interna ou autoavaliação ocorre por meio de um processo de planejamento, sensibilização, sistematização de informações e análise crítica e coletiva dos resultados pelos membros da IES's. Este processo deve ser conduzido por meio de uma equipe de coordenação (CPA – Comissão Própria de Avaliação) e contar com o comprometimento dos dirigentes e participação da comunidade acadêmica. A autoavaliação é “um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre a sua própria realidade buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social” (Sinaes, 2004, p.6)

Para orientar a elaboração do processo de autoavaliação das IES, o Ministério da Educação e o INEP por meio do Sinaes, organizou um documento que apresenta dimensões e temas a serem consideradas neste processo e que também são considerados pelas comissões de avaliadores externos. Uma dessas dimensões refere-se às políticas de atendimento aos estudantes e tem como um dos temas nucleares o acompanhamento dos egressos e a criação de oportunidades de formação continuada. O Quadro 1 apresenta as orientações em relação ao tema acompanhamento dos egressos.

**QUADRO 1 – ORIENTAÇÕES EM RELAÇÃO AO TEMA
ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

<p>Núcleo básico e comum</p> <p>Inserção profissional dos egressos.</p> <p>Participação dos egressos na vida da Instituição.</p>
<p>Núcleo de temas optativos</p> <p>Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?</p> <p>Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?</p> <p>Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?</p> <p>É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?</p> <p>Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?</p> <p>Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?</p> <p>Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido?</p>
<p>Documentação, dados e indicadores</p> <p>Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.</p> <p>Dados sobre a ocupação dos egressos.</p> <p>Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.</p> <p>N.º de Candidatos. / N.º de Ingressantes. / N.º de Estudantes matriculados por curso/ N.º de Estudantes com bolsas. / N.º médio de estudantes por turma. / N.º de bolsas e estímulos concedidos. / N.º de intercâmbios realizados. / N.º de eventos realizados. / N.º. de participações em eventos. / N.º de trabalhos de estudantes publicados.</p>
<p>Indicadores</p> <p>TSG - Taxa de Sucesso na Graduação / GPE - Grau de Participação Estudantil / Tempo médio de conclusão do curso. / Aluno tempo integral/professor / Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo</p>

MEC/CONAES/ INEP, 2004

No Quadro 1 verificamos que a inserção profissional e a participação dos egressos na vida da instituição aparecem como tópicos básicos que devem integrar a autoavaliação da entidade de ensino. Como núcleo de temas optativos aparece tópicos de sugestões para reflexões e discussões da comunidade acadêmica. Também são apresentados dados, documentos e indicadores que podem contribuir para fundamentar as análises e interpretações da Comissão Própria de Avaliação.

Consideramos importante apresentar as orientações do Sinaes porque em 2013 a Universidade de São Paulo firmou um acordo de cooperação técnica com o MEC e INEP para desenvolver estudos e pesquisas sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), mais especificamente sobre o Enade – um dos pilares do Sinaes – que avalia o desempenho dos estudantes.

A Universidade de São Paulo apresenta sua Comissão Permanente de Avaliação e, em relação aos egressos, orienta as unidades para definir o perfil do egresso como referência do processo aprendizagem e manter um relacionamento formal e de acompanhamento dos ex-alunos. No entanto, as orientações do Sinaes completam tais diretrizes e fornecem questionamentos e indicadores que podem ser utilizados por qualquer curso e IES. Portanto, a pesquisa sobre os egressos é uma pauta importante a ser discutida no âmbito das entidades de ensino e principalmente para o curso de Relações Públicas da ECA/USP, objeto de nossa pesquisa.

PESQUISA COM EGRESSOS DA ECA/ USP

No segundo semestre de 1989, às vésperas da comemoração dos 25 anos da criação da ECA/USP, Lopes *et al* (1992) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar o perfil dos profissionais formados pela ECA/USP, bem como relacionar o ensino dessas profissões com os respectivos mercados de trabalho, visando uma análise prospectiva para a década de 90. Em relação à graduação de Relações Públicas, o estudo contemplou 10% dos 210 diplomados no período de 1970 a 1989.

No ano de 2014, às vésperas dos 50 anos de criação do curso de Relações Públicas da ECA/USP foi iniciado o projeto de pesquisa ***Perfil e trajetória dos egressos de Relações Públicas da ECA/USP: subsídios para excelência acadêmica e competitividade no mercado de***

trabalho³ com o objetivo de conhecer a trajetória acadêmica e profissional dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP, no período de 1996 a 2013. O Quadro 2 apresenta algumas informações sobre os dois projetos mencionadas.

QUADRO 2: PESQUISA COM EGRESSOS DE RP/ECA/USP

PESQUISAS COMPARADAS	PERÍODO	UNIVERSO	AMOSTRA
<i>“O mercado de trabalho de comunicações e artes e os profissionais formados pela Escola de Comunicações e Artes nas décadas de 70 e 80”</i> (Lopes <i>et al.</i> , 1992)	1970 – 1989	210	10% = 21 egressos
<i>“Perfil e trajetória dos egressos de Relações Públicas da ECA/USP: subsídios para excelência acadêmica e competitividade no mercado de trabalho»</i> (Ferrari e Grohs, 2014)	1996 – 2013	580	51% = 293 egressos

Fonte: autoras

Embora as duas pesquisas tenham sido conduzidas de formas e em períodos distintos, consideramos relevante comparar alguns resultados encontrados. Lopes *et al* (1992) apresentaram dados sobre os perfis profissional e educacional, avaliação do curso da ECA/USP, perfil ocupacional dos egressos e competências exigidas pelo mercado de trabalho. Entrevistas com os empregadores e com o presidente Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas de São Paulo também fizeram parte da metodologia.

Com relação a pesquisa de Ferrari e Grohs (2014) com egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP do período de 1996 a 2013,

³ O projeto **“Perfil e trajetória dos egressos de Relações Públicas da ECA/USP: subsídios para excelência acadêmica e competitividade no mercado de trabalho”** faz parte do grupo de pesquisas CECORP. Conta com a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari e com as participações da doutoranda Ms. Ana Cristina da Costa Piletti Grohs e da aluna de graduação Karina Ferrara de Barros, bolsista de Iniciação Científica CAPES.

foi realizada pesquisa descritiva que teve como finalidade “estudar as características de um grupo (...), levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2014, p.28). A identificação da existência de relações entre variáveis, que foi realizada mediante processo estatístico, o estudo pretende verificar a natureza dessas relações (GIL, 2014) e por isso além do levantamento quantitativo com egressos, buscará a partir de entrevistas em profundidade e discussões em grupos entender a dinâmica academia e mercado que envolve os egressos em Relações Públicas da ECA/USP. Para isso, o estudo foi organizado em quatro etapas. A primeira consistiu no mapeamento de 580 egressos do período mencionado, com confirmação de dados pessoais e e-mails. A segunda foi a aplicação de um questionário on-line, com abordagem quantitativa e aplicação de técnicas estatísticas; a terceira etapa foi a aplicação de um *focus group* e a quarta etapa também utiliza a abordagem qualitativa mediante a aplicação de entrevistas a executivos de comunicação. Neste artigo, apresentamos os resultados obtidos na fase quantitativa do estudo.

FASE QUANTITATIVA

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no período de setembro de 2013 a julho de 2014. Iniciamos com o mapeamento dos alunos formados em Relações Públicas do período de 1996 a 2013 junto a Secretaria de Graduação da ECA/USP e em seguida foi criado um banco de dados dos egressos atualizado. Do total de 580 alunos se formaram neste período, conseguimos o contato com 447 ex-alunos. Para auxiliar no contato com os egressos foi criada uma página no *facebook* e um e-mail para manter um canal de comunicação direto com o grupo. A iniciativa também colaborou para o encontro e aproximação entre colegas de curso. Em seguida foi elaborado e enviado um questionário *on line* para os egressos. Utilizamos, para isso, a plataforma *google docs* e disponibilizamos os questionários por e-mail e na página do *facebook*. O questionário foi estruturado em três partes com 22 questões. Até o encerramento da fase quantitativa 293 egressos (51%) haviam participado da pesquisa.

PERFIL DOS EGRESSOS

O primeiro bloco de questões teve como objetivo conhecer o perfil do egresso, ou seja, verificar questões de gênero, idade, estado civil, escolaridade, tempo de permanência na graduação e tempo de inserção no mercado de trabalho.

Dos 293 egressos pesquisados, verificamos que 80% são mulheres, com idade média de 30 anos. Considerando o desvio padrão de mais ou menos 4 anos, cerca de 68% dos egressos apresentavam entre 26 a 34 anos de idade no momento da pesquisa. Também constatamos que 61% dos egressos são solteiros e a média de permanência no curso foi de 5 anos. Quanto ao tempo decorrido do ano de conclusão de curso ao ano de aplicação da pesquisa, denominado como tempo de inserção no mercado de trabalho, ou seja, tempo que este aluno está apto para exercer sua função profissional, a média obtida foi de seis anos e um desvio padrão de quatro anos. Isto é, cerca de 68% dos egressos pesquisados estão no mercado de trabalho entre 2 e 10 anos. Em relação a educação continuada, 41% dos egressos concluíram cursos de especialização, enquanto que no estudo de Lopes *et. al* (1992) apenas 7% dos egressos das décadas de 70 e 80 realizaram cursos de especialização. Alguns fatores como a expansão do ensino superior a partir da década de 90, a finalidade expressa na LDB de 1996 em relação à colaboração da educação superior no incentivo da formação continuada e a transformação da economia manual para o trabalho baseado no conhecimento (Drucker, 1970) contribuem para entendermos, ao menos em parte, este cenário.

Comparando os resultados com os estudos conduzidos por Lopes *et al* (1992), verificamos que a ocupação feminina nos cursos de Relações Públicas continua predominante, no entanto, a idade da maior parte dos pesquisados situava-se na faixa etária de 40 a 44 anos e havia um equilíbrio entre o número de solteiros e casados. Nas décadas de 70 e 80, 90% dos egressos concluíram o curso em quatro anos; nos últimos anos os estudantes têm permanecido mais tempo na universidade e tal comportamento pode estar relacionado ao incentivo da reitoria às políticas de internacionalização por meio de intercâmbio estudantil no exterior.

TRAJETÓRIA ACADÊMICA

O segundo bloco de questões tratou da trajetória acadêmica dos egressos como os motivos que levaram os ex-alunos a procurar o curso de Relações Públicas, as atividades que desenvolveu durante sua permanência na universidade, os conteúdos que considerados mais relevantes e a avaliação geral do curso. Do total de 293 pesquisados, 29% dos egressos realizaram até três atividades extracurriculares no decorrer da graduação: estágio remunerado, curso de línguas e trabalho remunerado. Na pesquisa de Lopes *et al* (1992) a realização de cursos de línguas já aparecia como um imperativo uma vez que 64% dos egressos declararam ter realizado este tipo de curso em decorrência da necessidade profissional. Em relação à adequação das expectativas do curso da ECA/USP e o currículo da graduação, os egressos demonstraram insatisfação nas décadas de 70 e 80, sobretudo em relação às matérias laboratoriais e de formação profissional. Apesar da diferença de mais de 30 anos entre as duas pesquisas verificamos que 49% dos 293 egressos também demonstraram insatisfação com os conteúdos de formação específica, 53% demonstraram insatisfação com o comprometimento e dedicação dos docentes e 77% demonstraram insatisfação com a coordenação.

Quanto ao domínio do conteúdo e competência técnica dos docentes, 65% dos egressos afirmaram estar satisfeitos e 59% demonstraram satisfação com os conteúdos de formação geral e humanística, ou seja, concordaram totalmente e em parte que os conteúdos de formação geral e humanística oferecidos durante o curso contribuíram de maneira decisiva para o ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Se considerarmos que os conteúdos de formação geral têm como principal objetivo desenvolver a capacidade crítica e de argumentação dos estudantes, verificamos que a dimensão política da qualidade tem predominado em relação à dimensão formal (DEMO, 2001).

Quanto a adequação entre as expectativas do curso da ECA/USP e o exercício profissional Lopes *et al* (1992) detectaram muita frustração dos egressos demonstrando que nas décadas de 70 e 80 o curso estava longe de fazer a adequação com o exercício profissional. Na pesquisa atual não verificamos muita melhora neste quadro, afinal 58% dos 293 egressos demonstraram insatisfação com a formação acadêmica e preparação para o mercado de trabalho; 41% dos egressos não

estudariam Relações Públicas novamente. Portanto, verificamos que as entregas realizadas pelo curso em relação à formação do estudante não tem suprido as suas expectativas profissionais ao longo das décadas, como apontam as duas pesquisas mencionadas. Desta forma, o curso não tem alcançado a qualidade causando o desequilíbrio entre os elementos “perfeição” e “expectativa” (DAVOK, 2007). Os principais motivos apontados para não estudar Relações Públicas novamente foram: “*o curso não me preparou para o mercado de trabalho*”, segundo alguns respondentes, o egresso não gostou do curso e a carreira é pouco reconhecida pelo mercado de trabalho e sociedade em geral. Da mesma forma que Oliveira *et al* (2014), constatamos que existem dissonâncias entre a formação acadêmica e as demandas quanto as competências e habilidades requeridas pelo mercado.

Por outro lado, 70% dos egressos recomendaria o curso para outras pessoas. Dos 89 egressos que não recomendariam o curso para outra pessoa, 78% demonstraram insatisfação com os conteúdos de formação específica. No estudo de Lopes *et al* (1992), também houve aceitação do curso da ECA/USP uma vez que 79% dos egressos recomendariam o curso para outra pessoa. Entendemos que há mais satisfação do aluno em valorizar a instituição USP e a ECA do que o curso de Relações Públicas.

Em relação aos conteúdos necessários no mercado de trabalho e que mais fizeram falta durante a graduação os egressos citaram conhecimentos relacionados à mensuração de resultados, administração, finanças e a necessidade de aulas mais práticas com metodologias diferenciadas. Algumas disciplinas também foram citadas na pesquisa conduzida por Lopes *et al* (1992) principalmente àquelas relacionadas à administração, as técnicas de Relações Públicas mais adequadas à realidade profissional e as atividades laboratoriais. Ora, se as necessidades em relação aos conteúdos de gestão e negócios e de metodologias diferenciadas aparecem nas duas pesquisas, podemos inferir que não houve uma mudança relevante na grade curricular ao longo das décadas a partir de 1970 até 2010; outra possível causa pode ser o processo ensino-aprendizagem que, no decorrer do referido período, não foi transformador para lograr a eficácia e eficiência requeridas pelos números de ambas pesquisas. Identificamos que 47% dos egressos discordaram totalmente ou em parte que o sistema de avaliação adotado pelos docentes foi coerente com os conteúdos ministrados. Neste sentido, obser-

va-se que há um descontentamento em relação a forma como as avaliações são conduzidas no âmbito do processo ensino-aprendizagem.

Em nosso estudo, os egressos também relacionaram alguns conteúdos considerados essenciais para o seu exercício profissional e foram mencionadas as disciplinas de formação geral e humanística, componentes curriculares de marketing, projeto experimental e planejamento estratégico. Outro dado interessante foi que 56% dos egressos concordaram totalmente ou em parte que os relacionamentos e contatos desenvolvidos durante o curso colaboraram para a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, a academia aparece como um espaço de inserção social e profissional, de construção de *redes de relacionamento* que podem extrapolar o tempo da graduação e as fronteiras da universidade.

Ao verificarmos o conhecimento sobre a profissão de Relações Públicas antes do ingresso no curso, 77% dos 293 egressos conheciam pouco sobre a carreira e 158 escolheram a profissão porque afirmaram se identificar com o curso. Somente 11% do total dos egressos conheciam com clareza a profissão antes de ingressar no curso. Entendemos que outro público a ser considerado nas ações dos gestores dos cursos de Relações Públicas, portanto, são os estudantes do ensino médio, em fase de escolha da carreira universitária.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

O terceiro bloco de questões teve como objetivo conhecer a trajetória profissional dos egressos, ou seja, renda, tipo de empresa onde trabalha, funções e atividades exercidas, registro no órgão de classe entre outras características relacionadas ao perfil ocupacional.

Dos 293 pesquisados, 26% dos egressos apresentaram renda mensal de mais de 14 salários mínimos e 24% dos diplomados declararam renda mensal entre 9 e 14 salários mínimos, ou seja, 50% dos egressos apresentam renda mensal de 9 a mais salários mínimos. Estes salários estão acima da média salarial nacional da profissão que é de R\$ 2.099,92 (CATHO, 24/02/2014). Na pesquisa de Lopes *et al* (1992), os salários da maioria dos profissionais de Relações Públicas pesquisados foram considerados mais que razoáveis para a profissão em relação a outras profissões de comunicação na época do estudo.

Quanto à situação funcional no mercado de trabalho, dos 293 pesquisados, 38% dos egressos ocupam cargos de gerentes, coordenadores ou supervisores, seguido de 29% exercem a função de analistas, técnicos ou especialistas. 11% profissionais liberais ou empreendedores; 6% dos egressos ocupam o cargo de assistentes e 5% são diretores. Professores e pesquisadores representam 5% pessoas e foram 3% dos indivíduos que citaram exercer outras funções. Apenas 3% dos egressos não estavam trabalhando no momento da pesquisa. A pesquisa ainda revelou que 61% dos egressos atuam em organizações privadas, 17% trabalham em organizações públicas e mistas e 9% contam com negócios próprios. Profissionais liberais somam 5% dos egressos assim como 5% atuam no terceiro setor. O predomínio da atuação dos profissionais de relações públicas em organizações privadas também foi visível na pesquisa de Lopes *et al* (1992), no entanto, verificamos que a atuação destes profissionais em órgãos públicos e no terceiro setor começou a ter expressividade a partir da década de 90.

Uma análise conjunta entre as variáveis tipo de organização em que trabalha, cargo que ocupa e salário que recebe revelou que das 75 pessoas que apresentam renda mensal de mais de 14 salários mínimos, 56% dos egressos ocupam cargo de gerentes/ coordenadores ou supervisores em organizações privadas. Por outro lado, dos 9 egressos que apresentaram renda mensal de até 2 salários mínimos, 4 são professores e pesquisadores em organizações públicas, privadas e mistas. Considerando o total de 16 professores e pesquisadores que fizeram parte da amostra, foi representativo o número desses profissionais com renda mensal inferior aos profissionais que ocupam outros cargos como de gerentes e diretores.

Sobre o registro profissional no sistema no Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas (Conferp), 260 respondentes não têm registro profissional, 84% não exercem atividades exclusivas de Relações Públicas e dos 33 que apresentam registro profissional, 61% exercem atividades exclusivas de Relações Públicas. Os principais motivos apontados pelos egressos para não se filiarem ao conselho profissional foram: considerar o registro desnecessário para a atuação profissional e não trabalhar exclusivamente na área. Dos 33 profissionais que apresentam registro, 16 atuam em organizações públicas e mistas que exigem o registro profissional, 15 egressos trabalham em organizações privadas,

um egresso tem empresa própria e um atua em organização do terceiro setor. Dado que 50 profissionais atuam em empresas públicas e mistas e 178 egressos trabalham em organizações privadas, a exigência do registro em organizações públicas e mistas é proporcionalmente maior do que nas empresas privadas. Destacamos ainda que 13 dos 16 profissionais que exercem a função de docentes não apresentam registro profissional, ou seja, é provável que lecionem disciplinas específicas de Relações Públicas de forma irregular, pois segundo a lei 5.377, o registro é necessário para os docentes de disciplinas específicas de Relações Públicas ou não lecionem disciplinas específicas de Relações Públicas. Lopes *et al* (1992) verificaram que 71% dos egressos da década de 70 e 80 também não eram filiados ao conselho profissional e que a maioria dos egressos consideravam baixa a influência dos órgãos de classe como sindicatos, associações e conselho na área profissional. Ferrari (2006) também constatou a pouca expressividade do sistema Conferp explicada pelos entrevistados principalmente pela rigidez da lei e pela falta de um plano estratégico do órgão para atrair os profissionais.

Quanto à realização e reconhecimento profissional, satisfação financeira e estabilidade profissional, identificamos que dos 293 respondentes, 70% dos egressos estão satisfeitos financeiramente com o seu trabalho atual, 83% consideram que são reconhecidos pelas atividades que exercem profissionalmente, 81% acreditam ter vínculo seguro com a empresa que trabalham e 79% estão realizados com as atividades que exercem no trabalho atual. Por outro lado, para 61% dos egressos pesquisados a profissão de Relações Públicas não supriu as suas expectativas profissionais. Ou seja, embora a avaliação em relação à satisfação financeira, realização, estabilidade e reconhecimento profissional tenha sido positiva, os egressos se sentem frustrados em relação à profissão. Embora se sintam reconhecidos profissionalmente, a falta de legitimidade da profissão de Relações Públicas foi apontada como um dos principais motivos para o egresso afirmar que não estudaria Relações Públicas novamente. Neste sentido, o reconhecimento parece ocorrer em maior parte pelas competências pessoais e não àquelas relacionadas à profissão.

Entre os 113 egressos que declararam que a profissão de Relações Públicas supriu suas expectativas profissionais, 59% dos pesquisados exercem mais do que seis tipos de atividades de Relações Públicas em

seu cotidiano profissional, sendo que as mais citadas foram: planejamento estratégico, organização de eventos e comunicação interna. Aqui detectamos que quanto maior é o envolvimento do profissional com o exercício das atividades de relações públicas, maior é a sua avaliação em relação ao atendimento de suas expectativas pelo curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lousada e Martins (2005, p. 84) “estabelecer um canal de comunicação com os egressos implica em ouvir aqueles que pela Instituição passaram, cujas percepções, pareceres e críticas possam fundamentar projetos institucionais”. Neste sentido, a primeira etapa da pesquisa com os egressos de Relações Públicas da ECA/USP trouxe a possibilidade de construir uma rede de contatos e de conhecer o perfil e a opinião dos egressos em relação a sua trajetória acadêmica e profissional.

Conforme estabelece a Comissão Permanente de Avaliação da Universidade de São Paulo e o Sinaes (2004), é importante que os gestores das IES's e os coordenadores de cursos estabeleçam um sistema de avaliação contínuo e permanente e que os egressos sejam atores fundamentais neste processo. Neste primeiro momento da pesquisa, identificamos aspectos sobre a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho, a relação entre ocupação e formação profissional, informações sobre a formação e dados relevantes que podem contribuir com a melhoria da qualidade dos cursos e maior articulação entre academia, mercado e sociedade. Os principais resultados que encontramos foram:

- * Presença predominante feminina no curso de Relações Públicas da ECA/USP;
- * Elevada taxa de ocupação dos egressos no mercado de trabalho (97% dos diplomados estão inseridos no mercado de trabalho), embora apenas 21% dos egressos exerçam atividades exclusivas dos profissionais de Relações Públicas;
- * A maioria dos egressos exerce no seu cotidiano profissional algum tipo de atividade de Relações Públicas ainda que não seja considerada como atividade exclusiva da profissão;
- * Os egressos demonstraram maior satisfação com os conteú-

dos de formação geral e humanística do que em relação aos conteúdos de formação específica;

* Os egressos apontaram para a necessidade de conteúdos relacionados a gestão e negócios, além do uso de metodologias diferenciadas no processo ensino-aprendizagem, em especial, de aulas práticas;

* A maioria dos egressos não apresenta registro no Conselho Profissional de Relações Públicas; a opinião é de que é desnecessário para atuar no mercado de trabalho. A exigência do registro profissional ocorre em organizações públicas e mistas;

* Os egressos sentem-se satisfeitos financeiramente, realizados e reconhecidos profissionalmente, no entanto, quase a metade dos pesquisados não estudaria Relações Públicas novamente.

Desta etapa da pesquisa chegamos a três conclusões importantes:

1) A ineficiência do curso na formação de profissionais aptos para atuar no mercado de trabalho. Essa ineficácia, conforme aponta a pesquisa, pode ter sua causa na não inclusão de conteúdos de gestão e negócios, uma vez que as organizações buscam profissionais que tenham competências de âmbito empresarial;

2) É urgente que os cursos de Relações Públicas renovem as metodologias de ensino-aprendizagem para que as competências e habilidades requeridas no mercado possam ser desenvolvidas por meio de técnicas didáticas que coloquem o aluno no centro do processo de aprendizagem;

3) Existe entre os egressos de Relações Públicas uma crise de identidade profissional. É possível que esta crise esteja relacionada à divergência entre a identidade da atividade profissional de Relações Públicas construída na academia e a identidade social e profissional que existe no mercado de trabalho.

A partir destas conclusões, novas questões surgiram: qual é a demanda do mercado e da sociedade que os cursos de Relações Públicas têm atendido? de que forma as novas Diretrizes Curriculares poderão contribuir para diminuir as lacunas entre as demandas do mercado de trabalho e a formação oferecida pelos cursos de Relações Públicas? quais são os motivos da crise de identidade profissional?

É preciso reforçar que a presente pesquisa trata da realidade específica de um curso de graduação, oferecido por uma universidade pública estadual situada na região sudeste, na cidade e estado de São Paulo. A estrutura estatal burocrática da universidade, assim como o corpo docente concursado, é algo que deve ser levado em consideração e que não tem similaridade com as IES confessionais e particulares existentes no país.

Assim, desta etapa da pesquisa e dos resultados e conclusões iniciais apresentados surgiram os questionamentos que foram levados ao grupo focal com egressos com a finalidade de produzir *insights* sobre a formação acadêmica e necessidades profissionais dos ex-alunos. O grupo focal foi realizado no segundo semestre de 2014 e a análise dos resultados ainda está em fase de revisão, assim como a etapa quatro, entrevistas com diretores de comunicação para identificar as habilidades e competências que eles buscam nos egressos de Relações Públicas, ainda está em andamento. A continuidade do nosso trabalho buscará identificar os motivos dos descontentamentos em relação a formação que persistem desde a década de 70 no curso de Relações Públicas da ECA/USP e uma proposta que busque alternativas para atender melhor a relação academia-mercado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE/CES. Resolução n. 2, de 27 de setembro de 2013. Diário Oficial da União – Seção 1 – 01 de outubro de 2013, p. 28-29.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em 05/ abril/ 2014.

CASSIMIRO, W. T. e PERIRA, B. C. S. Relacionamento com ex-alunos como prática de gestão universitária: estudo do caso da FEA-USP. Paper apresentado no VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Blumenau, SC, 2006.

CATHO. Guia de profissões e salários. Cargo de Relações Públicas. Disponível em < <http://www.catho.com.br/profissoes/relacoes-publicas/>> Acesso em 24/ fev./2014.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a07v12n3>> Acesso em 05/março/2015.

DEMO, Pedro. Ensino Superior no século XXI: aprender a aprender. PucRS, 2001, não paginado. Disponível em < <http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2001-3/documentos/04-Ensino-Superior-no-Seculo-XXI-Pedro-Demo.pdf> > Acesso em 05/março/2015

DIAS SOBRINHO, José. a Qualidade, Avaliação: do Sinaes a índices. **Revista Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.817-825, nov. 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000300011&script=sci_arttext> acesso em 05/março/ 2015.

DRUCKER, Peter. **Uma era de descontinuidade**: orientações para uma sociedade em mudanças. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

FERRARI, Maria Aparecida. A prática das Relações Públicas no cenário brasileiro e latino-americano. *In*: FERRARI, M.A. e FRANÇA, F. **Relações Públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. 2ª. edição, São Caetano do Sul, Difusão, 2011.p.197 246.

FERRARI, Maria Aparecida. Percepção dos profissionais de Relações Públicas sobre o Sistema Conferp: análise da entidade e perspectivas para o futuro da atividade profissional. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília. Anais. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalle.php?id=44989>> Acesso em 05/ março/ 2015.

LOPES, Maria Immacolata V.; POLBLACIÓ, Dinah de Aguiar; VIÁ, Sarah, Chucid. **O mercado de trabalho em Comunicações e Artes e os profissionais formados pela ECA nas décadas de 70 e 80**. Vol 1. São Paulo: Programa USP-BID e CNPq, 1992.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS; Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP, São Paulo, n. 37, p. 73 – 84, Jan./Abr. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a06.pdf>> Acesso em 05/março/2015.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. 2ª edição. São Paulo: Futura, 1998.

OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de *et al.* **Jogo da empregabilidade**: identidade e atuação dos diplomados em Relações Públicas pela UFPB. Florianópolis, SC: Bookess, 2014.